



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana - SETRAM
Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Executiva

DELIBERAÇÃO AGETRANS/CD Nº 1672 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

**CONCESSIONÁRIA SUPERVIA. – FATO
RELEVANTE DA OPERAÇÃO - ACESSO
INDEVIDO NA LINHA 2 – INFERIOR DA
ESTAÇÃO SANTA CRUZ – RAMAL SANTA CRUZ
– 13 DE ABRIL DE 2019 – BO SV 10552021**

**O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E
DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGETRANS**, no uso de suas atribuições
legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo Regulatório SEI-220008/000765/2021, por
unanimidade dos Conselheiros votantes,

DELIBERA POR:

Art. 1º - Não responsabilizar a Concessionária SUPERVIA ante ao evento em voga, uma vez que ficou caracterizada excludente de responsabilidade pelo fato relevante da operação objeto do BO SV 1055202, decorrente de acesso indevido na linha 2 - inferior da estação Santa Cruz, ramal Santa Cruz, em 13 de abril de 2019.

Art. 2º - Aplicar à Concessionária SUPERVIA, a penalidade de advertência pelo descumprimento da Resolução AGETRANS nº 09/2011, com redação dada pela Resolução AGETRANS nº 21/2014, em razão de não ter realizado a comunicação dentro dos primeiros 30 (trinta) minutos e não enviado a Carta dentro do prazo de 48 (quarenta e oito horas).

Art. 3º - Determinar à Secretaria Executiva – SECEX, cumpridas as formalidades administrativas, tendo ocorrido o trânsito em julgado da presente decisão, archive-se os autos.

Art. 4º - Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2025.

VICENTE LOUREIRO

Conselheiro Relator

CHARLES BATISTA

Conselheiro

FERNANDO MORAES

Conselheiro

MURILO LEAL

Conselheiro

ADOLPHO KONDER

Conselheiro-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **José Fernando Moraes Alves, Conselheiro**, em 16/12/2025, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Charles Batista da Silva, Conselheiro**, em 18/12/2025, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Konder, Conselheiro Presidente**, em 22/12/2025, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Murilo Provençano dos Reis Leal, Conselheiro**, em 22/12/2025, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vicente de Paula Loureiro, Conselheiro**, em 26/12/2025, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **120712506** e o código CRC **2F004FF6**.

Referência: Processo nº SEI-220008/000765/2021

SEI nº 120712506

Av. Presidente Vargas, 1100, 12º andar - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-002
Telefone: 2332-5447 - www.agetransp.rj.gov.br

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO CONSELHO DIRETOR

DELIBERAÇÃO AGETRANSF CD Nº 1672
25 DE NOVEMBRO DE 2025

CONCESSIONÁRIA SUPERVIA. - FATO RELEVANTE DA OPERAÇÃO - ACESSO INDEVIDO NA LINHA 2 - INFERIOR DA ESTAÇÃO SANTA CRUZ - RAMAL SANTA CRUZ - 13 DE ABRIL DE 2019 - BO SV 10552021

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANSF, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo Regulatório SEI-220008/000765/2021, por unanimidade dos Conselheiros votantes;

DELIBERA POR:

Art. 1º - Não responsabilizar a Concessionária SUPERVIA ante ao evento em voga, uma vez que ficou caracterizada excludente de responsabilidade pelo fato relevante da operação objeto do BO SV 1055202, decorrente de acesso indevido na linha 2 - inferior da estação Santa Cruz, ramal Santa Cruz, em 13 de abril de 2019.

Art. 2º - Aplicar à Concessionária SUPERVIA, a penalidade de advertência pelo descumprimento da Resolução AGETRANSF nº 09/2011, com redação dada pela Resolução AGETRANSF nº 21/2014, em razão de não ter realizado a comunicação dentro dos primeiros 30 (trinta) minutos e não enviado a Carta dentro do prazo de 48 (quarenta e oito horas).

Art. 3º - Determinar à Secretaria Executiva - SECEX, cumpridas as formalidades administrativas, tendo ocorrido o trânsito em julgado da presente decisão, archive-se os autos.

Art. 4º - Esta Deliberação entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2025

VICENTE LOUREIRO

Conselheiro Relator

CHARLES BATISTA

Conselheiro

FERNANDO MORAES

Conselheiro

MURILO LEAL

Conselheiro

ADOLPHO KONDER

Conselheiro-Presidente

Id: 2704406

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO CONSELHO DIRETOR

DELIBERAÇÃO AGETRANSF CD Nº 1674
DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

SUPERVIA - AVALIAÇÃO INDICADORES CONTRATUAIS - JUNHO/2024 - INDICADORES CONTRATUAIS EM CONFORMIDADE COM CONTRATO DE CONCESSÃO E RESOLUÇÃO AGETRANSF

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANSF, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo Regulatório nº SEI-100003/001339/2024, a instrução técnica da CATRA, Nota Técnica de Cálculo de Indicadores CATRA nº 022/2024 (88646003), e jurídica da PGA, Parecer nº 140/2025/AGETRANSF/PGA (103893113), por unanimidade dos Conselheiros votantes presentes, acompanhando o voto do Relator;

DELIBERA POR:

Art. 1º - Reconhecer o cumprimento da Concessionária Supervia previsto no Anexo VI do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, combinado com art. 2º da Resolução AGETRANSF Nº 41, uma vez que ficou caracterizado o cumprimento das metas contratuais do Indicador de Cumprimento de Viagens, do Índice de Pontualidade de Viagens e do Índice de Regularidade de Trens nos Fluxos dos Picos.

Art. 2º - Determinar à Secretaria Executiva - SECEX - que se publique no D.O.E.R.J. e após o trânsito em julgado da presente decisão, archive-se.

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2025

FERNANDO MORAES

Conselheiro Relator

CHARLES BATISTA

Conselheiro

MURILO LEAL

Conselheiro

VICENTE LOUREIRO

Conselheiro

ADOLPHO KONDER

Conselheiro-Presidente

Id: 2704408

Secretaria de Estado do
Ambiente e Sustentabilidade

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA INEA/PRESI Nº 1485 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DE GERENTE EXECUTIVO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (SEAS), O INSTITUTO ESTADUAL DO AM-

BIENTE (INEA) E A ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAIBA DO SUL (AGEVAP).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições previstas na Lei 5.101 de 04 de outubro de 2007, no Decreto Estadual nº 48.690 de 14 de setembro de 2023, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº SEI-070001/000491/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Herllaine de Almeida Rangel, Id Funcional: 4338903-1, para o exercício das atribuições de Gerente Executiva do Acordo de Cooperação Técnica n.º 01/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), cujo objeto é o desenvolvimento de ações conjuntas visando fomentar a reabilitação ou remediação das áreas dos lixões municipais situados na Região Hidrográfica II do Estado do Rio de Janeiro, de acordo RE-SOLUÇÃO CERHI-RJ Nº 279 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024, ou as normativas que vieram substituí-la, incluindo, entre outras atividades, o apoio técnico para a elaboração de material técnico, elaboração de estudos de gerenciamento de áreas contaminadas, aplicação de modelagens computacionais para simulação de cenários de recuperação ambiental conforme os usos futuros declarados, além da elaboração de termos de referência para contratação de empresas para a fase de obras e o acompanhamento da execução das atividades.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2025

RENATO JORDÃO BUSSIERE

Presidente

Id: 2704270

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA INEA/PRESI Nº 1486 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2025
DELEGA COMPETÊNCIA PARA RESPOSTA PELO EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA - PRE-SI QUANTO A PRÁTICA, DE ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL NO ÂMBITO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, com base no § 1º do art. 82, combinado com o parágrafo único do art. 289 da lei estadual nº 287, de 04/12/1979.

RESOLVE:

Art. 1º- Delegar competência a JOSE ANTÔNIO PAULO FONSECA, Diretor Executivo e de Planejamento, ID Funcional nº 894.844- 2, para praticar, sem prejuízo de suas atribuições como Ordenador de Despesas isolado, nos termos da legislação em vigor, atos de gestão orçamentária, financeira, administrativa e patrimonial, no âmbito do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a responder pelo expediente da Presidência - PRESI deste Instituto Estadual do Ambiente - INEA no período de 29 a 02 de Janeiro de 2026, durante o afastamento do titular da pasta.

I - autorizar despesas, bem como a expedição e a assinatura das respectivas Notas de Autorização de Despesas, emissão de Notas de Empenho, Reconhecimentos de Dívidas, movimentação de recursos financeiros em geral, pagamentos de despesas orçamentárias, emissão de ordens bancárias, ordens de pagamentos e cheques nominativos;

II - autorizar a concessão de adiantamentos e diárias, aprovar e impugnar as respectivas prestações de contas;

III - autorizar licitações, assinar editais e alterações, homologar os respectivos resultados, inclusive aceitação de objeto de contrato, bem como dispensá-las quando for o caso, atuando como autoridade superior nos casos de recursos, impugnação de editais, bem como em quaisquer atos que se fizerem necessários;

IV - dispensar licitação ou reconhecer sua inexigibilidade;

V - aplicar as penalidades previstas em lei, quando se verificar ilícitos administrativos, descumprimento de obrigação contratual ou quaisquer descumprimentos de obrigações de administrado para com a Administração, na forma de resolução própria;

VI - autorizar, assinar e rescindir contratos, nos casos permitidos em lei;

VII - autorizar a saída de viaturas do território do Estado, à ofício;

VIII - aprovar e impugnar as prestações de contas das descentralizações de crédito e das entidades delegatárias.

Art. 2º - Seja dado conhecimento imediato desta Portaria ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e deixará de estar em vigor após a data de 02 de Janeiro de 2026.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2025

RENATO JORDÃO BUSSIERE

Presidente

Id: 2704425

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOASGERÊNCIA DE GESTÃO DA VIDA FUNCIONAL
DESPACHO DA GERENTEDE 01/12/2025

PROCESSO Nº SEI-070002/028962/2025 - ALCIDNEI FERREIRA, cargo de Ajudante Operacional, matrícula nº 2701333-3, ID funcional nº 2150506-3. AVERBE-SE o tempo de serviço prestado ao Regime Geral de Previdência Social - INSS, conforme Certidão de Tempo de Contribuição datada de 17/12/2025, relativo aos períodos de 05/11/1979 a 31/10/2007 e 01/11/2007 a 6/12/2011, no total de 11.712 dias de efetivo exercício, nos termos do art. 80 inciso I, do Decreto 2.479 de 8/3/1979, do Estado do Rio de Janeiro.

Id: 2704136

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOASGERÊNCIA DE GESTÃO DA VIDA FUNCIONAL
DESPACHO DA GERENTEDE 23/12/2025

PROCESSO Nº E-07/508100/2011 - José Carlos Gonçalves Lima, Id. nº 2147994-1, Técnico em Química: AUTORIZO a concessão de 03 (três) meses de Licença Prêmio, referente ao período base 26/11/2020 a 24/11/2025.

Id: 2704295

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTO

DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 23/12/2025

PROCESSO Nº SEI-070002/002790/2024 - RECONHEÇO a dívida, em favor de Lucas de Jesus Carvalhal, ID 5137664-4, com o valor líquido a receber de R\$ 5.277,70 (cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta centavos), referente à conversão em pecúnia de férias não usufruídas do exercício 2025, em razão de rompimento de-

finitivo do vínculo funcional, por exoneração, em 17 de novembro de 2025.

PROCESSO Nº E-07/503078/2012 - RECONHEÇO a dívida, em favor de Antônio Carlos Freitas de Gusmão, ID 39959643, com o valor líquido a receber de R\$ 59.766,96 (cinquenta e nove mil setecentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos), referente à conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída, correspondente ao período de 01/10/2020 a 29/09/2025, em razão de rompimento definitivo do vínculo funcional, por aposentadoria, em 25 de novembro de 2025.

Id: 2704104

Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

ATO DAS SECRETÁRIAS

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDSODH/SES Nº 199
DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

cria a COMISSÃO INTERSETORIAL DE ENFRENTAMENTO À TUBERCULOSE.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS E A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no processo SEI-310001/002397/2025, e

CONSIDERANDO:

- o Decreto Federal nº 11.908/2024, que institui o Programa Brasil Saudável - Unir para Cuidar, com diretrizes para a eliminação da tuberculose como problema de saúde pública;

- a Lei Estadual nº 8.746/2020, que institui a política estadual de controle e eliminação da tuberculose no Estado do Rio de Janeiro, assegurando o acesso articulado ao SUS e ao SUAS;

- a Instrução Operacional Conjunta nº 1/2019, que trata da atuação integrada entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no enfrentamento à tuberculose;

- a necessidade de articulação intersetorial para a superação das barreiras de acesso ao diagnóstico, ao tratamento e à proteção social das pessoas acometidas pela tuberculose;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Tuberculose, com caráter consultivo e propositivo, destinada a fortalecer a integração entre as políticas públicas de saúde e de assistência social, garantindo atenção integral e proteção social às pessoas acometidas pela doença.

Art. 2º - Compete à Comissão:

I - propor diretrizes intersetoriais para o enfrentamento da tuberculose, com foco na população em situação de vulnerabilidade social;

II - articular estratégias entre o SUS e o SUAS para promoção da adesão ao tratamento e redução de óbitos; III - Promover o diálogo entre os diferentes setores governamentais e a sociedade civil;

IV - monitorar ações e propor encaminhamentos para aperfeiçoar os fluxos de atendimento e proteção;

V - acompanhar e avaliar os indicadores epidemiológicos e sociais relacionados à tuberculose, propondo ajustes necessários às políticas públicas.

Art. 3º - A Comissão será composta por representantes titulares, formalmente designados pelos órgãos abaixo elencados. Poderão ser indicados suplentes, que exercerão suas funções nas hipóteses de ausência, impedimento ou por necessidade de substituição dos titulares.

I - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSODH:

a) Adriana Alves Pinto de Castro, representante da Superintendência de Gestão do SUAS - titular
Nathaly Lima Sales - suplente

b) Joyce dos Santos Portella Marangá , representante da Superintendência de Proteção Social Especial - titular
Sofia Ribeiro Garcia Souto Maior - suplente

c) Stephanie de Azevedo Barreto, representante da Superintendência de Proteção Social Básica - titular
Nadia Barbosa Nunes - suplente

II - Secretaria de Estado de Saúde -SES

a) Dayse Müller Fernandes, representante da Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Ambiental - titular
Andrea Lopes de Araujo Santana - suplente

b) Máira Guazzi, representante da Gerência de Tuberculose - titular
Regina Célia Brazolino Zuim - suplente

c) Josimar Alves, representante da Coordenação de Vigilância Epidemiológica - titular
Marnelli Pereira Martins - suplente

Art. 4º - As indicações mencionadas nesta Resolução poderão ser atualizadas a qualquer tempo, mediante comunicação formal das Secretarias envolvidas, em caso de alteração na estrutura organizacional, mudança de função ou por motivo de interesse institucional.

Art. 5º - Poderão ser convidados a integrar a Comissão, mediante ato conjunto das Secretarias signatárias, outros órgãos e entidades da administração pública estadual, federal ou municipal, bem como instituições da sociedade civil, sempre que a participação se mostrar relevante para o cumprimento de suas finalidades.

Art. 6º - A Comissão reunir-se-á ordinariamente na primeira sexta-feira de cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocada por seus(as) Coordenadores(as).

§ 1º - A Comissão será coordenada conjuntamente por um representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e um representante da Secretaria de Estado de Saúde, escolhidos entre os membros titulares em reunião ordinária, para mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução.

§ 2º - Os encaminhamentos serão decididos por maioria simples dos membros presentes.

§ 3º - As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou virtual, devendo ser lavrada ata com registro das matérias tratadas e das deliberações aprovadas.

§ 4º - A Comissão elaborará e aprovará, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Resolução, o seu Regimento Interno, disciplinando a sua organização, funcionamento, atribuições específicas e procedimentos de deliberação.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 2025

ROSANGELA DE SOUZA GOMES

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Claudia Maria Braga de Mello

Secretária de Estado de Saúde

Id: 2704231